



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DO ESPORTE**

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer a realização de Mesa Redonda para debater a atual situação da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos e o futuro das modalidades de natação, saltos ornamentais, nado sincronizado, polo aquático e maratonas aquáticas.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, inciso XIII, do Regimento Interno, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Mesa Redonda para debater a atual situação da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos e o futuro das modalidades de natação, saltos ornamentais, nado sincronizado, polo aquático e maratonas aquáticas. Para tanto, faz-se necessário a participação dos seguintes convidados:

- Gustavo Licks, atual interventor da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos;
- Representante do Comitê Olímpico do Brasil – COB;
- Luiz Lima, Secretário da Alto Rendimento do Ministério do Esporte;
- Representante do Tribunal de Contas União;
- Representante da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, patrocinador oficial da entidade;
- César Cielo, Gustavo Borges, Joana Maranhão, Thiago Pereira, Poliana Okimoto e outros atletas olímpicos;
- Presidentes das federações estaduais de desportos aquáticos;
- Presidentes e representantes dos clubes esportivos;



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DO ESPORTE

- Atletas, especialistas, estudiosos do meio acadêmico e outros profissionais ligados às modalidades;

JUSTIFICAÇÃO

No mês de março deste ano, a Juíza Titular da 25a Vara Cível do Rio de Janeiro, Simone Gastesi Chevrand, acolheu a ação impetrada pela Federação Aquática do Rio de Janeiro determinando intervenção na Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA), entendendo o fim do mandato de Coaracy Nunes e toda sua diretoria, que estava desde 1987 no comando da entidade. Segundo a ação, a CBDA estaria sendo dirigida de forma irregular, pois o mandato de Coaracy já teria expirado há 13 dias. De acordo com a decisão judicial, toda a diretoria da CBDA foi afastada e a entidade passou a ser dirigida por um interventor, o advogado carioca Gustavo Licks, até a realização das novas eleições.

Na semana passada, a Polícia Federal deflagrou a operação “Águas Claras” para apurar um esquema de desvio de recursos públicos repassados à CBDA, envolvendo dirigentes do órgão e empresários. Segundo o Ministério Público Federal, das 4 prisões preventivas, três foram cumpridas e um investigado está foragido. O presidente da CBDA, Coaracy Nunes, foi preso. O trabalho é fruto de parceria entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, com a participação da Controladoria-Geral da União e iniciou-se após denúncias de atletas, ex atletas e empresários do ramo esportivo brasileiro.

As investigações apuram o destino de cerca de R\$ 40 milhões repassados à CBDA. Há indícios de um esquema de desvios de recursos públicos captados por meio de convênios e leis de fomento ao esporte, sem a devida aplicação – conforme previsto em lei e nos contratos assinados. No caso investigado, a entidade também recebe patrocínio dos Correios – que também é uma empresa pública. Segundo o inquérito policial, ao invés dos valores recebidos serem aplicados corretamente (em incentivos aos esportes aquáticos e na viabilização de práticas esportivas aquáticas), os recursos eram mal geridos ou desviados para proveito pessoal dos investigados.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DO ESPORTE**

Em vista da importância dessa modalidade no contexto esportivo brasileiro, sempre com o intuito de trabalhar em prol do desenvolvimento do esporte brasileiro, pedimos o apoio de nossos pares para a aprovação deste requerimento e realização desta Mesa-Redonda.

Sala das Comissões, de abril de 2017.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA